



CONTEXTO PASTORAL

Suplemento
do Jornal
CONTEXTO
PASTORAL nº 21
Julho / agosto
de 1994

Debate

1ª JORNADA ECUMÊNICA

Para que o mundo creia



Bíblia; Liturgia e Simbólica; Espiritualidade e Formação; Teologia e Economia; Teologia e Política; Cidadania e Dignidade; Mulher e Teologia; Teologia Negra e Novos Movimentos Religiosos são as grandes questões do ecumenismo hoje, e serão discutidas na 1ª Jornada Ecumênica na forma de oficinas. Assessores dos nove temas apresentam "provocações", idéias preliminares do que poderá ser desenvolvido durante o evento. Um rico material preparatório, um aperitivo para os participantes já inscritos e para os leitores de CONTEXTO PASTORAL, que lutam "para que todos sejam um".

Peter Williams / CMI

MOVIMENTO ECUMÊNICO EM BALANÇO

Aproximamo-nos da 1ª Jornada Ecumênica (Mendes/RJ, 11 a 16 de outubro de 1994), promovida pelo Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI/Koinonia em conjunto com Conselho Mundial de Igrejas, Conselho Latino-Americano de Igrejas, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e Coordenadoria Ecumênica de Serviço.

Este evento tem por objetivo proporcionar um espaço de reflexão a todas as pessoas que têm abraçado a causa ecumênica no Brasil, para que possam fazer um balanço avaliativo e estabelecer perspectivas visando o novo milênio que se aproxima. Será um momento marcante, que contará com a presença do secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas Konrad Raiser, pela primeira vez no Brasil, que acompanhará toda a programação e terá momentos de diálogo com os participantes.

DEBATE

Suplemento do jornal
Contexto Pastoral nº 21
Julho/agosto de 1994

Publicação do Centro
Evangélico Brasileiro de
Estudos Pastorais –
CEBEP (Rua Rosa de
Gusmão, 543–13073-120
– Campinas SP
Tel. e fax: 0192-411459)
e do Centro Ecumênico
de Documentação e
Informação – CEDI
(Rua Santo Amaro, 129 –
22211-230 – Rio de
Janeiro RJ
Tel: 021-224-6713 e
fax: 021-221-3016)

Neste número:

Editores

Paulo Roberto Salles
Garcia (MTb.18.481)
Magali do Nascimento
Cunha

Editor-assistente

Carlos Cunha

Colaborador

José Rubens Jardimino

Conselho editorial

José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Diagramação

Anita Slade

Fotolito e impressão

Tipológica Comunicação
Integrada

Tiragem

10 mil exemplares



Claudius / CMI

A 1ª Jornada Ecumênica está aberta à participação de todos os que têm interesse no desafio ecumênico, e oferece três núcleos de reflexão recheados por assuntos que são, na realidade, grandes questões enfrentadas pelo ecumenismo hoje. Os nove temas, que serão estudados na Jornada na forma de oficinas, são apresentados neste número de *Debate* sem intenção de oferecer conclusões mas como “provocação”, como primeiras idéias do que será aprofundado e construído em conjunto por todos os participantes do evento.

Esta contribuição foi desenvolvida por assessores das oficinas ou pela coordenação da 1ª Jornada Ecumênica, e visa fornecer material preparatório aos participantes já inscritos e informar aos demais leitores de CONTEXTO PASTORAL sobre os conteúdos que serão trabalhados.

Não se pode ter a pretensão de que tudo estará esgotado no evento, nem que este apresentará encaminhamentos para o movimento ecumênico no País. A Jornada, como está intitulada, pretende ser um processo, desencadeado a partir de Mendes, para que novos caminhos possam ser buscados para a prática ecumênica diante dos desafios dos novos tempos.

POR QUE UMA JORNADA ECUMÊNICA?

Aproximamo-nos do terceiro milênio. Contrariando as previsões dos paladinos da modernidade que ocuparam os centros de poder do mundo nos últimos dois séculos, as perspectivas que se nos apresentam são trágicas e sombrias.

Os acontecimentos que marcaram as últimas décadas do século XX não apenas confirmam isso como apresentam desafios de tal magnitude, que nos obrigam a repensar os fundamentos mesmos da empresa civilizatória imposta ao mundo pelos países ocidentais.

Como uma avalanche em acontecimentos, se sucedem ou misturam: a debacle do socialismo real; o fantástico desenvolvimento da *high tech* capitalista; o perverso sistema de acumulação de capital em detrimento da vida, gerando áreas cada vez maiores de pobreza e exclusão total do mercado (mesmo dentro dos chamados países ricos ou centrais); a adoção do modelo econômico neoliberal como estágio derradeiro da capacidade produtiva/organizacional da raça humana (Fukuyama); o estabelecimento do mercado total como panacéia para a solução final dos conflitos entre povos e nações; o uso indiscriminado da força como o argumento definitivo da racionalidade dominante; a destruição sistemática do meio ambiente.

Tudo isso tão-somente revela a fragilidade da experiência humana e a falácia dos paradigmas referenciais que até aqui determinaram e inspiraram as ações conservadoras e transformadoras, as quais mar-

caram a vida da humanidade neste século.

Nos últimos cinquenta anos, especialmente após a catástrofe que significou a Segunda Grande Guerra européia, as igrejas, de um modo geral, sentiram-se desafiadas a responder de maneira objetiva e direta aos desafios apostos pela desordem econômica, política e social à sobrevivência da humanidade. Experiências as mais díspares foram desenvolvidas nas mais diferentes situações e contextos.

Na América Latina, como resposta ao quadro de miséria e destruição crescente das possibilidades de vida, surgiu, na década de 1960, a Teologia da Libertação. Imbuída das mais profundas intenções evangélicas para renovar as igrejas e as sociedades do subcontinente, no entanto também sucumbiu aos encantos da versão transformadora da visão de mundo e de ser humano produzidas pela modernidade.

O fim da experiência socialista do Leste europeu; o fracasso da experiência sandinista; e o desencontro com as culturas oprimidas na própria América Latina; mais as conjunturas eclesiais adversas geradas pelos centros de poder simbólico do hemisfério norte — dito cristão — esgotaram rapidamente os modelos eclesiológicos e pastorais que orientaram essa proposta teológica de refazimento das relações humanas.

Todas essas questões e desafios alcançaram o Movimento Ecumênico como um todo, no início da presente década, e mergulharam numa profunda

Apesar de nunca ter sido massivo na América Latina, o Movimento Ecumênico marcou presença nos principais acontecimentos vividos pelos povos do subcontinente, e se constitui numa referência em todos os processos de luta pela justiça, pela paz e pela criação

crise as propostas eclesiais tradicionais, ecumênicas ou não. Isso fica evidente na emergência de novos movimentos religiosos de toda índole, que galvanizam o interesse de populações inteiras e deixam no passado conteúdos e estruturas eclesiais até há pouco respeitáveis e venerandas; o que provoca um questionamento profundo das referências teológicas e das formas de ação das propostas ecumênicas até aqui desenvolvidas.

Neste continente como um todo, e no Brasil em particular, o Movimento Ecumênico nunca foi massivo. Embora tão antigo quanto o movimento representado e inspirado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), nunca impactou a vida das poucas igrejas dele participantes. Mas, marcou presença nos principais acontecimentos vividos pelos povos do subcontinente e se constituiu, ainda hoje, numa referência idônea em todos os processos de luta pela justiça, pela paz e pela criação.

Numa década decisiva como esta, e quando o CMI completa meio século de existência, e diante de todas as questões e desafios que se apresentam à humanidade de um modo geral, e às igrejas em particular, entendemos que não é possível continuar nossa trajetória, como promotores dos sinais do Reino, sem avaliar o caminho até aqui percorrido.

Isto implica um balanço dos acertos e dos equívocos; destacar problemas; e assinalar perspectivas novas e capazes de inspirar as igrejas e as Entidades Ecumênicas de Serviço para que continuem a trabalhar aprofundando as propostas de mais vida para todos — o Evangelho — as quais estão no cerne do Movimento Ecumênico internacional.

A 1ª Jornada Ecumênica pretende reunir o maior número possível de representantes da comunidade ecumênica brasileira, para juntos, sob o influxo da imponderável mediação do Espírito da Vida, encontrar novos caminhos e estabelecer compromissos para a consolidação do Ecumenismo no milênio que se aproxima.

TRANSPONDO BARREIRAS

A expansão das formas religiosas populares de corte pentecostal; a afirmação consolidada das religiões africanas no Brasil e noutros países do Continente; e a luta pelo resgate dos valores religioso-culturais das populações indígenas, aliadas ao fortalecimento do confessionalismo e do denominacionalismo; estão acrescentando novas dimensões à natureza do Movimento Ecumênico.

Isso está a exigir uma reflexão mais cuidadosa e consis-

tente sobre o que significam as expressões religiosas no atual contexto socioeconômico e cultural do País. Pouco a pouco, o termo "transconfessionalidade" começa a tomar corpo para expressar uma nova dinâmica que pode afetar, positiva

Diante de todas as questões e desafios que se apresentam às igrejas, não é possível continuar nossa trajetória, como promotores dos sinais do Reino, sem avaliar o caminho até aqui percorrido

ou negativamente, as manifestações ecumênicas até aqui conhecidas.

Trata-se de uma experiência de retorno às raízes confessionais/religiosas com o intuito de resgatar aqueles elementos permanentes, singulares e perenes que podem nos ajudar a ir mais longe do que fomos até agora em nossa aventura ecumênica, tendo como objetivo reforçar nossa fidelidade aos valores fundamentais do Reino, revelados pela fé bíblica.

Este movimento em direção às raízes de nossa experiência eclesial, entretanto, só tem sentido se pensado e desenvolvido no horizonte da unidade da fé e articulado diaconalmente no âmbito sociocultural no qual nos encontramos. Pois, é exatamente nesse âmbito que nos confrontamos com esforços, cada dia mais desenvolvidos, de reforço e de encapsulamento religioso/confessional que estão orientados para produzir formas consoladoras de

religiosidade funcionais e alinhadas à exclusão sistêmica.

Por outro lado, a redescoberta das outras religiões presentes no espaço popular e intrinsecamente ligadas à matriz cultural/religiosa brasileira, além de se constituir num novo desafio para a proposta ecumênica até então vigente, abre um leque de novas questões que põem em xeque a real intencionalidade ecumênica de determinadas expressões.

Nessa linha, alguns questionamentos se destacam. Em que consiste o chamado macroecumenismo? Seria a inculturação formal de aspectos meramente folclóricos da religiosidade negra, para reforçar a estrutura de comunicação da liturgia romano-católica? Seria possível, e de que maneira, ir além do diálogo cultural/religioso com as expressões celtas não-cristãs sem comprometer os valores fundamentais da fé bíblica? Seria possível apoderar-se de expressões da religiosidade afro ou indígena para enriquecer a vivência comunitária cristã sem violentar/desrespeitar culturas por tantos séculos desprezadas e oprimidas? Não se poderia perceber na articulação do macroecumenismo uma intenção de assimilação do tesouro cultural não-cristão, ao modo de uma nova cristianização? Como detectar e articular os valores humanos na experiência religiosa não-cristã?

Estas e outras questões precisam ser apreciadas e rearticuladas para que se possam redefinir o escopo e a direção de um Movimento Ecumênico que se propõe a lutar pela fidelidade aos valores da fé bíblica, para manter a utopia do Evangelho num tempo de mercantilização da religiosidade e

de manipulação das expressões de fé em função do sistema excludente que atenta contra a dignidade da vida.

SÍNTESE METODOLÓGICA

À luz dos objetivos enunciados acima, foi contemplada uma temática que, na avaliação da coordenação, corresponde aos desafios e às grandes questões que o ecumenismo brasileiro é convocado a enfrentar. O que se segue são as grandes linhas da dinâmica a ser adotada durante a 1ª Jornada Ecumênica.

As reflexões e discussões irão girar em torno de três módulos temáticos, desdobrados em subtemas respectivos. O primeiro desses módulos denomina-se Unidade Cristã; o segundo, Igreja e Sociedade; e o terceiro, Diálogo Pluricultural.

A expansão das formas religiosas populares de corte pentecostal e a afirmação consolidada das religiões africanas no Brasil acrescentam novas dimensões à natureza do Movimento Ecumênico

Como a própria nomenclatura indica, destacaram-se temas abrangentes que corresponderem à prática histórica do Movimento Ecumênico internacional, isto é, a tridimensionalidade que o ecumenismo tem buscado manter. Em outras palavras, a relação permanente entre a unidade dos cristãos, o serviço ao próximo e a aproxi-

mação fraterna com outras religiões e expressões culturais.

O desdobramento desses temas será efetuado por meio de oficinas. Em relação ao primeiro módulo, serão discutidos os subtemas: Bíblia; Liturgia e Simbólica; e Espiritualidade e Formação. A experiência tem demonstrado que nessas três áreas aglutinam-se tanto os mais significativos avanços quanto os mais intrincados problemas referentes à unidade cristã em nosso país.

Quanto ao segundo módulo, serão tratados os subtemas: Teologia e Economia; Teologia e Política; e Cidadania e Dignidade. Essa reflexão pretende realizar a crítica e a autocrítica da metodologia teológica e da prática pastoral latino-americanas, indubitavelmente originais, e das quais o Movimento Ecumênico é seguidor. Ao mesmo tempo, situar e interpretar ecumenicamente as questões políticas e econômicas decorrentes das tentativas de implantação do modelo neoliberal em nossas latitudes.

No tocante ao terceiro módulo, serão debatidos os subtemas: Mulher e Teologia; Teologia Negra; e Novos Movimentos Religiosos. Aqui se pretende concentrar a atenção sobre os temas emergentes e de fronteira, dotados de índole cultural. A eclosão dos novos movimentos configura-se como o mais importante fenômeno do campo religioso nacional.

Essas oficinas serão realizadas durante o segundo e o terceiro dias do encontro. Em cada uma haverá assessores com funções vinculadas ao conteúdo, além daqueles que atuarão especificamente na manutenção da metodologia.

As discussões serão socializadas em plenário ao longo do

terceiro e quarto dias do evento. Além dos relatórios comuns, essa socialização fará uso da expressão simbólico-litúrgica.

Os conteúdos produzidos nesse processo de reflexão serão sistematizados por uma equipe de relatores, de modo a comporem um documento que fará as vezes de um pronunciamento final da Jornada, destinado ao Movimento Ecumênico no plano nacional, continental e internacional.

A espiritualidade irá permeiar o encontro, principalmente por intermédio das grandes celebrações: a liturgia solene de abertura; as liturgias matutinas diárias; e o grande culto de encerramento.



Unidade Cristã

A BÍBLIA — UM DESAFIO À UNIDADE

Milton Schwantes

A Bíblia marca presença. Torna-se cada vez mais conhecida. É um livro da gente.

Em suas casas, nosso povo tem poucos livros. Sua biblioteca é bem modesta. Mas, tenho visto que também nas casas mais humildes a Bíblia se faz presente.

Os círculos bíblicos continuam animados. De fato, vem muita gente aos grupos bíblicos. Basta anunciar trabalho bíblico, e eis que as pessoas se interessam. Gostam. Conversam. Discutem. Querem entender. Querem ter sua opinião.

Você percebe: Este livro lhes é importante.

Parece que a religiosidade popular mais e mais vai sendo marcada pela Bíblia. Este livro é um novo componente no dia-a-dia da religião.

Na verdade, isso é recente. Coisa de poucos anos. No passado, no Brasil, não era assim. As pessoas tinham outros referenciais para expressar sua fé. A "re-descoberta" da Bíblia entre os católicos e a aparição do "povo da Bíblia", nossos irmãos pentecostais, fizeram da Bíblia um livro popular.

Estes são alguns dos motivos que transformam a Bíblia num desafio. Como entendê-la? Como praticá-la?

Afinal, a Bíblia não "salva". É Deus quem nos salva. Libertou-nos das escravidões (Êxodo). Constrói a vida pela liberdade (Gálatas).

Um livro não salva, é evidente. Como letras, como papéis, teriam capacidade de sal-

var e converter corações!? Se assim fosse, se a Bíblia fosse ela mesma salvadora, seria uma imagem. E isso é idolatria.

Ainda que não "salve", abre nossos olhos. Ensina a ver. A Bíblia é como se fosse nossos olhos. Mostra-nos o caminho. Dá direção a nossos pés.

DESAFIANDO A VER

A gente lê pra ver! Nossa Bíblia é mesmo luz. Afinal, ela testemunha da luz, da presença de Deus em nossas vidas. Nossa luz é Jesus.

Por isso, vamos à Bíblia para ver se aprendemos a ver melhor.

A gente só vê melhor se os óculos ou binóculos que colocamos diante dos olhos realmente são bons e adequados a nós. Quer dizer, a gente confia na qualidade destes óculos, chamados de Bíblia.

Com essa figura quero dizer que é o conteúdo que importa. Se você meramente coloca papel diante de seus olhos, acaba não vendo nada. A Bíblia precisa ser mesmo vidro, lente que nos ajuda a ver melhor as coisas de nossas vidas. Seus conteúdos são seus vidros.

Se a gente se "vidra", vai acabar, vidrado, estupefato, só de olhar na Bíblia, como se ela já fosse tudo. Isso justamente é idolatria. Ficar vidrado nas coisas, nos papéis, enfim, em qualquer coisa desse mundo.

Por isso, Bíblia é vidro. É lente. É passagem.

É um ponto de ônibus. Ali você espera a condução, mas ali você não tem sua casa, nem sua cama. Você não vai querer morar em ponto de ônibus... Mas, é lá que você pega a condução para sua casa, para seu cantinho aconchegante.

Se você entra na condução errada, se pega o ônibus que não é o seu, não vai chegar a sua casa. Vai ficar perdido.

Bíblia é livro para aprender a pegar o ônibus que o leva pra casa. Ela ensina a ver as placas, os letreiros, as direções. Ajuda a ter sensibilidade para o rumo da vida e das coisas.

Isso significa que a gente confia na Bíblia, nas coisas que ela nos permite ver e ler. Confia em seus conteúdos. Se você desconfia do letreiro do ônibus, como vai querer chegar em casa? Não há jeito! Na incerteza, você talvez ainda pode perguntar a outros, em sendo analfabeto você se aproxima à pessoa ao lado e pergunta: "Este ônibus vai para...?". E aí não dá outra: você terá que confiar no que a pessoa a seu lado disser, terá que "crer", confiar no letreiro.

É isso, a Bíblia é assim: seus conteúdos valem! Assim eu o experimento. Sei que outros assim o experimentaram!

Sim, os outros...

VER EM GRUPO — A BÍBLIA REÚNE

Ver a coisa é muito pessoal. É bem individual. Um vê de um jeito, outro de outro. Por isso, este mundo é tão bonito. Para

uns, umas flores são mais bonitas, para outros, outras. Aí é que está a graça, a beleza.

Deus não fez uniformes. Criou diversidades. A beleza de Deus está neste colorido.

Daí é que vem o valor do círculo bíblico. É que assim a Bíblia fica bonita. Em grupo ela toma seu gosto.

Aqui na comunidade, percebo como o grupo bíblico atrai. É que a gente descobre como ver. Uma amiga minha, na comunidade, insiste em repetir: "Ah, se ficasse sozinha não veria nada!".

Quando quero ver uma paisagem, vou a um lugar especial. Para ter uma vista panorâmica, é preciso ir a um local que permita esta vista, esta visão. Se você quiser ver São Paulo, mais ou menos toda, então não há outro jeito senão subir ao Pico do Jaraguá. De lá você tem uma vista impressionante. Se você quiser ver o Rio de Janeiro, é do Corcovado que você se deslumbra.

Então, o ponto de vista é a questão!

Na leitura da Bíblia, o grupo, o círculo bíblico é a "torre de observação". Lá é que a Bíblia dá gosto. Lá extasia. Lá vira sagrada.

O SAGRADO DA GENTE

O interesse pela Bíblia, tão forte principalmente entre pessoas mais maltratadas, mulheres, homens e crianças, não se dá ao acaso. Isso não é acidente!

Veja, fé e religião são experiências tão bonitas, que poucas pessoas querem desistir de entrar neste mundo maravilhoso, fantástico. Poucos são os que se negam a este mistério, ao religioso, ao místico.

Verdade, há os que querem ser ateístas. A eles também

meu respeito. Mas, mesmo entre eles, a mística borbulha, às vezes às escondidas, e fervilha.

É que o mistério é parte da gente. É um dos direitos humanos.

Tempos havia em que religiões e templos administravam este sentimento tão profundo em meio a nós e lá dentro de nós. Sacerdotes senhoriais se adonavam da saudade religiosa de nossas almas.

Confesso que, ao meu ver, nossas igrejas, tão firmes, fizeram — aliás ainda fazem — este jogo. Representam o religioso; amarram o religioso. Aliás, até os senhores que manipulam a telinha promovem também a sua hora religiosa dominical, em seu show do fantástico.

Pois veja, pela Bíblia este sagrado chega bem pertinho de cada um. Ali, naquelas letras você, cada um, lendo ou ouvindo ler, fica pertinho de Moisés, abrindo o mar para que por ele passe o grupo dos libertos e eleitos. Fica pertinho de Jesus, caminhando como ele, maravilhosamente, sobre as águas.

Você, eu, todos, mulheres e homens, vamos experimentando o que Jesus experimentou. Já vamos olhando, nós por nós, para dentro dos mistérios últimos.

Sim, não é por acaso que as igrejas estejam em crise. A Bíblia é a crise das igrejas!

A Bíblia é luz no dia-a-dia da gente. Quem quer dominar, assim do pedestal das estruturas religiosas, dançou. A Bíblia, na mão e no coração da gente, é crise, sem fim, para autoridades e autoritarismos.

É verdade, tudo isso vem misturado ainda a muitos retrocessos que também mediante a própria Bíblia por aí se produzem. É que na cultura as coisas

não vão pra frente, tecnologicamente. Na cultura a vida é movimento, não progresso.

Daí por que diante de nós se abre o ecumênico.

O ECUMÊNICO

Dizem que tudo tem lá seu tempo. Há de ser assim. Ao menos dá bom consolo pra gente.

Quando fomos à Bíblia, com aquela imensa sede de quem "re-descobre" este maravilhoso livro em meio às dores e alegrias de nosso povo, vínhamos cheios de igreja. Ah, sim, as coisas das igrejas nos foram empurrando para as folhas da Bíblia. Sem dúvida, essa foi nossa trajetória.

Mas, ao chegar, a festa era outra. Certo dia fui a uma festa. Imaginava uma coisa, na chegada vi que me enganara. A festa era outra, bem melhor que a que imaginara.

Ao chegar à Bíblia, nós, que fomos com aquela gana e certeza derivada de nossas igrejas, descobrimos que a "festa" era outra. Surpresa. Beleza.

Não deparamos com as igrejas na Bíblia! Não deparamos com nossas estruturas denominacionais. Não deparamos conosco mesmos.

Descobrimos que aquele livro velho estava cheio de histórias, cenas, cantos, rezas que nem mais conhecíamos. Abriam-se nos paisagens das quais nem mesmo sonhávamos.

Em uma palavra, ao chegar à Bíblia ela se nos mostra ecumênica. Transcende igrejas, sim transcende religiões.

Nossa Bíblia é mais que o cristianismo. E agora?

Milton Schwantes é biblista, pastor luterano. Na Jornada Ecumênica, coordenará a Oficina "Bíblia".

Unidade Cristã

CELEBRAR, RENOVAR E UNIR

Na história traçada pelo movimento ecumênico nestes últimos trinta anos, é possível perceber uma marca indelevelmente caracterizadora da fé cristã: a liturgia. Pode-se dizer que a *oikoumene* se constituiu numa comunidade litúrgica; celebrou a fé em sua caminhada profética nas graves e urgentes questões sociopolíticas nas quais se envolveu; e releu a tradição bíblica a partir dessa experiência celebrativa. Em suma, o movimento ecumênico se fez "comunidade litúrgica".

Em outubro iremos dar mais um passo em direção a esta vida celebrativa do ecumenismo. A Jornada será não apenas uma olhada para o passado e uma análise do presente, mas, acima de tudo, um projetar-se no futuro. Como não poderia deixar de ser, a liturgia parece ser o fio que entrelaçará todo o evento. Palavras que se farão símbolos; símbolos que sinalizarão ações; e estas, oxalá, serão traduzidas em *koinonia*.

Uma das unidades temáticas (módulos) da Jornada será a Unidade Cristã. Dentre outros temas, estaremos refletindo sobre nossa vida celebrativa e a nova espiritualidade gestada nesta caminhada rumo à unidade dos cristãos. Espiritualidade de esta gestada não a partir de conceitos epistemológicos, mas emergida das experiências vivenciadas no cotidiano deste barco, agitado pelas vagas tumultuosas de nosso tempo.

Nesta perspectiva, temos a intenção de provocar aqueles que participarão deste *kairós*

ecumênico, e quiçá, levantar alguns temas dentro de nossa Unidade, especialmente no que se refere à liturgia e à simbólica.

A PALAVRA SE FEZ SÍMBOLO

É lá no Gênesis, e também no Evangelho, que nos deparamos com esta metamorfose. A partir daí a liturgia passa a ser um "festival simbólico" que acorda a bela adormecida (aqueles que são sensíveis aos sussurros do espírito), "para a ressurreição do corpo e o deleite dos sentidos...".

Como sugere Rubem Alves, a liturgia pode ser pensada como uma catedral de símbolos, construída delicadamente com o corpo: os símbolos dos olhos (cores, formas, gestos); dos ouvidos (sinos, música, canto, sussurros); do olfato (incenso, ervas aromáticas); do paladar (gosto, aperitivo, prazer — pão e vinho); da pele (mãos/pés que se tocam, corpos que se abraçam...); do corpo inteiro.

O desafio desta epopéia simbólica é sair do meramente espetacular e permitir que realmente isso possa emergir de dentro de nossa vivência celebrativa na Jornada.

Não é nossa intenção discutir sobre a polissemia dos símbolos, todavia convém dizer que a temática — liturgia e espetáculo — está intrinsecamente aqui relacionada, na maioria dos casos, com a ação simbólica usada na liturgia. Um símbolo deve ser pensado

Um símbolo deve ser pensado a partir da estrutura simbólica da comunidade, ou seja, de conformidade com o cotidiano do grupo celebrante

a partir da estrutura simbólica da comunidade, ou seja, de conformidade com o cotidiano do grupo celebrante, se não correremos o risco de esvaziá-lo.

Imaginemos um diálogo entre cristãos docéticos e outros da comunidade dos primeiros séculos, a propósito do primeiro capítulo do Evangelho de João. O docético diz:

— O Corpo (Jesus) não mora na história, não é um ser do tempo cronológico.

— Mora sim — retruca o outro. "O verbo se fez carne e habitou entre nós"... "Este é o meu corpo que é dado por vós".

O que está em pauta na questão não é o dogma nem a heresia, mas o *locus vivendi* da comunidade celebrante. O corpo poderia ser real, ficção ou estória. O corpo perpassa o dogma e a heresia, ele se faz símbolo de redenção. E isto é o que interessa.

SÍMBOLOS QUE SINALIZAM AÇÃO

Por que usamos símbolos em nossas liturgias? Será somente para fugirmos da perseguição verbal que historicamente nos acompanha, especialmente os herdeiros da Reforma? Não,



CEDI

não creio, uma vez que existem outras formas de linguagem e comunicação na liturgia (a sonora que vem das músicas, e até do silêncio; a visual — vinda dos olhares, paramentos, flores, espaço; a cinética dos gestos e movimentos; e, por fim, a arquitetônica, espaço/tempo, artes, etc.).

Usamos símbolos para penetrarmos no âmbito simbólico-sacramental da vida da comunidade. Como afirmavam os padres apostólicos, “liturgia é participação no *mysterion*”. É *sacramentum*, conforme a tradição dos Setenta. E assim continua a tradição, para os alegóricos os símbolos e as imagens na liturgia são elementos visíveis de um mundo invisível. Daí a idéia da liturgia como *sacramentum* que indica a ação, uma “sinalização” das coisas divinas que mostram a realidade invisível, e, portanto, impossível de ser fabricada nas escrivatinhas dos estudiosos, mas germinada a partir do cotidiano da comunidade.

a. “Sinalização” salvífica

A dimensão simbólica da liturgia permite à comunidade participar do memorial libertador, expresso no mistério da morte

e ressurreição do Senhor. Apontam as sendas do agir histórico daqueles que foram resgatados. Assim, como Deus se revela solidário e salvador, Ele aponta na liturgia o caminho que a comunidade deve seguir. Essa experiência simbólico-sacramental dimensiona a ação dos cristãos em seu tempo e além dele.

b. “Sinalização” profética

Outra significativa contribuição da simbólica na liturgia diz respeito ao seu conteúdo profético. É da tradição cônica veterotestamentária que vamos extrair o exemplo. A polêmica profética está centrada na questão cultural. Os profetas desta escola polemizam o culto na dimensão do conflito que se estabeleceu a partir de suas práticas sacrificiais. Isso pode ser percebido em Amós, Isaías, Oséias e Jeremias. Atacam especificamente o culto-espetáculo que perdeu a dimensão simbólico-sacramental, por isso são apenas estereótipos do culto a Javé. Na verdade, o que é o alvo da crítica profética não é o conteúdo simbólico, mas o espetáculo visual que em nada contribui para a vida do povo, ao contrário, a oprime e a mas-sacra.

Os símbolos na liturgia devem contribuir para a dimensão libertadora que denuncia o espetáculo descompromissado com a vida e as formas de mascaramento da realidade, como bem entendeu a tradição apostólica. Liturgia/sacramento é “sinalização” das coisas invisíveis.

c. “Sinalização” *koinônica*

Vem lá do Novo Testamento o testemunho *koinônico* da liturgia. A comunidade neotestamentária era uma comunidade de serviço. Os relatos nos informam como ela vivia e qual era o segredo testemunhal que a fazia ser bem aceita por todos — uma presença de serviço ao próximo que, mesmo em meio à perseguição, conseguia demonstrar o seu caráter diaconal.

Uma pergunta: a vida celebrativa do movimento ecumênico tem ressaltado esse caráter testemunhal?

LITURGIA E SIMBÓLICA: COMO “SINALIZAÇÃO” KOINÔNICA

Concluimos com a intenção de apontar alguns elementos para provocar nossa reflexão rumo à Jornada, no que diz respeito à vida celebrativa do movimento ecumênico.

Liturgia e espetáculo, e simbologia e expressão de fé solidária, profética e diaconal são alguns dos temas que deveremos aprofundar, tendo como contexto a renovação litúrgica na história do movimento ecumênico, nossa eclesialidade e nosso cotidiano.

Se assim o fizermos, teremos plenas condições de discutir-las no momento mesmo da Jornada Ecumênica.

(Texto elaborado pela coordenação da 1ª Jornada Ecumênica.)

Unidade Cristã

EXPERIMENTAR O DEUS DA VIDA

Paulo César Botas

Deus amou tanto o mundo que enviou o seu Filho... Esta afirmação joânica corta como um bisturi as nossas buscas de espiritualidade e de uma formação espiritual coerente com as exigências de Reino e do Evangelho. Diferente de outras religiões, nossa espiritualidade já vem marcada com um selo, o do compromisso com o mundo, compromisso de Deus, e com os homens e mulheres criados para co-participarem da sua dominação.

NEGAÇÃO DO MUNDO

Nossa espiritualidade não pode ser a da evasão, pensada a partir da negação do mundo e de toda a sua carne, corpo e pessoas encarnadas historicamente. Durante séculos, as igrejas têm estimulado esse tipo de espiritualidade. São os retiros católicos, os acampamentos evangélicos, em que os crentes se isolam para rezar e pensar em Deus distantes das tentações do mundo material.

Albert Camus afirmava que os cristãos são os que, em momentos de confronto e de luta, se evadem na esperança. A providência divina tem sido um recurso muito utilizado quando os cristãos, ao invés de fazerem autocrítica, afirmam que "Deus escreve certo por linhas tortas". Essa espiritualidade da evasão ainda se encontra muito difundida em nossas práticas de oração.

IMEDIATISMO SEM PRECEDENTES

Do outro lado do pêndulo, temos a espiritualidade do engajamento *tout court*. Trata-se de uma visão pragmática na base da política de resultados, sem espaço para a vida pessoal, cujos critérios de eficiência e eficácia são os únicos utilizados num imediatismo sem precedentes. Esquece-se a história como um processo social em permanente construção e se exige uma obediência cega aos momentos políticos delineados em conjunturas sociais transitórias.

Esse tipo de espiritualidade é facilmente detectado num estilo *à gauche* de ser cristão. Desenvolve-se uma ideologia do patrulhamento, e as pessoas são medidas pelo grau de sub-

missão ao pensamento, teologia ou pastoral vigentes naquele momento e criados pela "vanguarda escatológica" que define ações, posições, expressões política e religiosamente corretas a serem reproduzidas e aprendidas em cursos de treinamento de "líderes".

ESPIRITUALIDADE "DIVERGENTE"

Finalmente, na síntese destas duas tendências, uma espiritualidade divergente. Nessa espiritualidade se reconhecem a importância e o valor das vivências religiosas pessoais, na maioria das vezes originais, aprendidas e compreendidas pelas tantas pessoas que são capazes de harmonizarem, ecumenicamente, expressões



Douglas Mansur

religiosas aparentemente conflitantes.

Estou seguro de que cada um de nós tem vivências espirituais que não se enquadrariam nas ortodoxias de nossos catecismos mas que são de um valor religioso fundamental e vital para a construção da nossa personalidade religiosa e política. Todos os nossos engajamentos são acompanhados de vivências espirituais que ultrapassam as formas usuais e confessionais de espiritualidades oficiais.

Quando foi anunciada a publicação do diário íntimo de João XXIII, os católicos engajados esperavam encontrar ali um manual para a sua ação social, uma vez que esse papa havia sido um marco no *aggiornamento* da Igreja Católica. Triste decepção. O papa tinha no rosário a base de sua espiritualidade e engajamento. Teologias à parte, pasmem: o papa rezava o terço...

O padre Teillard de Chardin, em sua ousadia teológica e científica, rezava uma Missa sobre o Mundo comungando com a hominização que dava saltos críticos em direção ao ponto ômega. Nada mais contestador que os exercícios espirituais de Inácio, verdadeira iniciação gnóstica nos caminhos da iluminação.

MUITOS LAZERES E PREGUIÇA

Contam as lendas que São Francisco e São Domingos se encontraram uma única vez e discutiram os caminhos para se chegar a Deus. Domingos, já preocupado com as heresias, achava que seus seguidores deviam ter uma formação erudita para combater as idéias que ameaçavam Roma. Francisco,

em sua simplicidade, defendia uma vida em harmonia com a natureza, com os poderes cósmicos e com a fraternidade despojada no serviço a todos os irmãos, sem distinção de credo, cor, riqueza, etc. Em determinado momento, sem chegarem a uma conclusão, Domingos lançou um desafio a Francisco. "O que se deve fazer para se chegar a Deus?". E Francisco serenamente respondeu: "Para se chegar a Deus são necessárias duas coisas: muitos lazeres e preguiça".

Nossa espiritualidade não pode ser a da evasão, pensada a partir da negação do mundo e de toda a sua carne, corpo e pessoas encarnadas historicamente

O teólogo protestante Dietrich Bonhoeffer escreveu, na prisão, a obra máxima de espiritualidade contemporânea. Imerso nas ameaças e preso por sua fé e compromisso, sua reflexão sobre resistência e submissão é um marco de fé e espiritualidade para as futuras gerações.

E Lutero, que teve o seu *insight* teológico da justificação pela fé quando estava nas torres, isto é, na privada em plena solidão polvilhada de dúvidas teológicas e espirituais. Conta a lenda que nessa mesma torre ganhou a discussão com o demo, após muitos embates, com um solene peido na cara do diabo.

TROCA DE VIVÊNCIAS ESPIRITUAIS

Conta-se que num convento jovens religiosos discutiam qual o lugar em que cada um se encontrava mais intimamente com Deus. Entre capelas, bosques, clautros, houve um mais ousado e, sem falsos escrúpulos, que afirmou que encontrava mais intimamente Deus quando estava sentado na privada, pois era o seu momento de profunda introspecção e onde fazia a sua mais autêntica revisão de vida. Esse fato, aparentemente grotesco, desencadeou na comunidade um processo em que as pessoas puderam explicitar suas verdadeiras vivências de Deus que, sem dúvida, ultrapassavam os limites "oficiais" das matinas, laudes, vésperas, missas conventuais, etc, etc, etc... Na verdade, a loucura de Deus é mais sábia que os homens...

Gostáramos que as pessoas inscritas na oficina sobre "Espiritualidade e Formação" viessem com o espírito desarmado para troca de vivências espirituais, um momento fraterno no qual, sem medo de sermos ridicularizados, possamos aprender uns com os outros as maneiras que temos experimentado o Deus da Vida e suas manifestações de liberdade, ternura, compromisso, amor na travessia das nossas vidas e na busca de construirmos um mundo de justiça no qual habita a paz.

Paulo César Botas é teólogo, doutor em Filosofia, e assessor do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI. Na Jornada Ecumênica, coordenará a Oficina "Espiritualidade e Formação".

Igreja e Sociedade

UMA CRÍTICA TEOLÓGICA À ECONOMIA POLÍTICA

A fase atual do capitalismo leva o nome de neoliberalismo. Nesse sistema afirmam-se o fim das ideologias e a não-existência de alternativas. Tal ênfase gera uma concepção altamente ideologizada, ou, em linguagem teológica, demoníaca, por falsear a realidade e pretender-se onipresente. O sistema também gera uma concepção totalitária, ao exigir de todos completa submissão e temor, ao modo de um deus terrível.

Com efeito, esse sistema dispensou a legitimação religiosa, pois dispõe de formas próprias de fazê-lo, que incluem, em si mesmas, dimensões religiosas. O sistema se considera plenipotenciário e possui sua própria escatologia: a do mercado total. Este é apresentado como a possibilidade de resolução de todos os problemas humanos, ou seja, como o reino do deus-mercado.

SACRALIZAÇÃO DO MERCADO

Ao lado da auto-sacralização, o sistema postula a eliminação das funções clássicas do Estado. A função moderadora, isto é, a garantia de que as diferenças sociais não sejam tão profundas — o que, por sinal, marcou a vocação e a razão de ser do Estado liberal — vem sendo eliminada. Na América Latina, por exemplo, o eixo central da política econômica e industrial é a “privatização”.

Mas, à medida que o Estado começa a perder suas funções e legitimidade, surge na sociedade a “orfandade civil”, ou seja, a população empobrecida vive, em proporções crescentes, a insegurança de não possuir a garantia dos serviços essenciais e dos direitos fundamentais. Para compensar esta gradual eliminação da função estatal de oferecer seguridade social aos pobres, emergem formas de religiosidade. A segurança perdida no plano objetivo transfere-se para o plano simbólico.

A religiosidade que interessa ao Sistema é aquela que reúne condições para oferecer substitutivos à desestabilização decorrente da mudança nas funções do Estado. Daí o sucesso das propostas religiosas calcadas na oferta incessante de bens simbólicos. Essas são as religiões que o deus-mercado abençoa, posto que não contrariam suas metas.

SOBREVIVÊNCIA DOS MAIS APTOS E EXCLUSÃO DOS POBRES

Para que se instale o “paraíso” da abundância e do consumo irrestritos, é preciso garantir a sobrevivência dos mais aptos e a exclusão dos pobres e incapazes. O sacrifício de milhões de pessoas e regiões inteiras em todo o planeta é concebido como uma etapa necessária para que se realize o sonho do mercado total.

Os empobrecidos estão excluídos tanto dos resultados quanto do próprio processo produtivo. Trata-se de uma realidade ainda mais grave que a da marginalização e da espoliação. As pessoas e as matérias-primas tornam-se simplesmente descartáveis.

Da assim chamada terceira revolução industrial decorre uma maior mobilidade das fronteiras, ou seja, já não mais correspondem às delimitações geográficas estabelecidas pelos estados soberanos. Doravante, elas serão estabelecidas consoante a dinâmica do mercado total. Acrescente-se a isso o fim da “guerra fria”, do bloco soviético, o surgimento dos megaconglomerados econômicos, assim como as novas associações periódicas ou permanentes entre as forças militares dos mais poderosos, como no episódio da Guerra do Golfo.

Se estamos falando numa radical mudança do papel do Estado nas relações econômicas, particularmente no Terceiro Mundo; de mudanças geopolíticas em consequência de uma novíssima divisão internacional do trabalho; no ressurgimento de conflitos étnicos, culturais e religiosos em função de uma integração compulsória no plano macro; referimo-nos rigorosamente a uma nova ordem internacional, fruto da nova fase do capitalismo imposta pelo neoliberalismo.

Não se pode esquecer que a fé bíblico-cristã nasceu do anúncio de Jesus, o Cristo, cuja mensagem central expressou-se desde sempre por um símbolo histórico e econômico: o Reino de Deus. Por consequin-

buscam ocupar o lugar que só pertence ao verdadeiro Deus.

Considerando-se que tais ídolos exigem sacrifícios de vidas humanas em troca de benesses que prometem, estamos enfrentando uma ofensiva de-

amor e um deus sacrificialista, este último camuflado na lógica sistêmica.

AFIRMAR A DIGNIDADE E A SOLIDARIEDADE

Mais do que nunca, é preciso atualizar a palavra do Mestre quando afirmou "Meu Reino não é deste Mundo". As ortodoxias têm interpretado esta expressão em termos espaciais. Na verdade, Jesus falava a respeito da natureza do Reino que anunciava. Ele jamais se imporia pela força das armas, nem pelo convencimento intelectual, nem pelos sinais e prodígios, nem pelo prestígio político, e, muito menos, pelo poder econômico.

Ao invés de confrontar as dominações religiosa e política que vitimavam seu povo, indo desse modo ao encontro das expectativas messiânicas da época, Jesus preferiu transgredir pedagógica e publicamente os valores que davam suporte a essa dupla dominação.

Hoje configura-se como ato profético afirmar a dignidade e a solidariedade humanas. O sistema considera ambas como sérios empecilhos para que a "mão invisível" do mercado realize sua obra de organizar as relações econômico-sociais, dessa maneira produzindo o bem de todos.

Assim sendo, tornou-se imprescindível em nosso contexto ecumênico e libertário uma crítica teológica da economia política, por todos aqueles que se desejam fiéis ao Evangelho, e que por isso buscam uma ética e uma práxis conscientes e voluntariamente contrárias à lógica sistêmica.

(Texto elaborado pela coordenação da 1ª Jornada Ecumênica.)



Douglas Mansur

te, teologia e economia jamais estiveram distantes, salvo nas versões espiritualizantes do cristianismo, lamentavelmente numerosas e recorrentes.

A reflexão teológica sobre a economia deve dar-se num cenário de luta dos deuses. Isso significa que se encontra em curso um combate entre instâncias que ilegitimamente reivindicam sacralidade. Teologicamente falando, diz-se que há uma profusão de ídolos que

moníaca de proporções colossais. Reiteradas vezes nas Escrituras cristãs eles são colocados em plano secundário e até mesmo enfaticamente rejeitados, como no caso da literatura profética. Os sacrifícios humanos sequer são cogitados. O Deus bíblico os abomina quando estes não são expressão de uma comunidade na qual predomina a justiça nas relações sociais. Portanto, no atual momento histórico, assistimos a um embate entre o Deus de

Igreja e Sociedade

REAFIRMANDO O COMPROMISSO COM A VIDA

Zwinglio M. Dias

Nas últimas três décadas, a articulação entre os modos históricos de expressão da fé e as formas de organização do poder na sociedade não só foi predominante como determinou o surgimento de uma maneira própria de se estruturar o pensar teológico e se fazer Igreja na América Latina. Particularmente a partir da década de 1950, os cristãos, envolvidos na busca de um testemunho evangélico capaz de levar a mudanças nas condições objetivas de suas sociedades, redescobriam a dimensão política como um *locus theologicus* privilegiado.

Esse processo, na América Latina, foi caudatário de novos enfoques produzidos pela reflexão teológica no Primeiro Mundo e deveu parte de seu surgimento às influências do movimento ecumênico internacional. Ao mesmo tempo, gerou condições favoráveis para o ecumenismo na região, na medida em que a crítica teológica da realidade foi desenhando uma postura política em favor do sujeito histórico emergente — os setores empobrecidos do Continente — e colocou em segundo plano as divergências históricas entre protestantes e católico-romanos, perfilando ambos num projeto comum de redenção social a partir de uma visão similar do Evangelho.

JEITO PRÓPRIO DE FAZER TEOLOGIA

A marca registrada do período em questão foi a consolidação de um amplo processo de reconstrução teológica a partir das condições próprias das igrejas da América Latina, o qual se tornou mundialmente conhecido sob a denominação de Teologia da Libertação. Esse processo foi sistematicamente organizado e assumido por significativos setores do catolicismo oficial e ofereceu diferentes vertentes temáticas. Nas igrejas do mosaico protestante, todavia, não teve o mesmo impacto pastoral, embora, do ponto de vista da lógica institucional e das formulações dogmáticas ou quasi dogmáticas de ambas vertentes do Cristianismo ocidental, seria de se supor que tivesse ocorrido o contrário. E isso por uma razão aparentemente simples: a liberdade eclesiológica da tradição protestante em contraposição à rígida e hierarquizada compreensão de Igreja do catolicismo se apresentaria como muito mais exequível para uma proposta desta natureza. Razões históricas e de conteúdo das versões latino-americanas do protestantismo, entretanto, explicam este fato.

A Teologia da Libertação, em suas mais diferentes vertentes e variações, estabeleceu como premissa de sua práxis teórica a busca do conhecimento, o mais exaustivo possí-

A articulação entre os modos históricos de expressão da fé e as formas de organização do poder na sociedade determinou o surgimento de uma maneira própria de se fazer Igreja na América Latina

vel, do contexto socioeconômico no qual a comunidade da fé exerce sua diaconia profética. Isso implicou, do ponto de vista da construção teológica, a decisão de assumir um instrumental teórico de conhecimento dessa realidade como o momento primeiro do que-fazer teológico. Assim, ao emprestar às mediações socioanalíticas essa condição, as ciências do social foram incorporadas à reflexão teológica como elemento metodológico fundamental e determinante.

A luta pela justiça e pela construção de uma sociedade igualitária e participativa num contexto de exploração econômica e de opressão política levou à adoção do marxismo, escoimado de seus aspectos filosóficos antagônicos à epistemologia vigente no âmbito de teologia, como um instrumental adequado para o conhecimento da realidade sociopolítica e econômica que constitui o contexto histórico no qual o "povo pobre e crente" luta para sobreviver. A sociedade justa,

igualitária e participativa virou sinônimo de socialismo como modelo utópico para a transformação social almejada. Embora teoricamente não identificado com o Reino de Deus, o socialismo passou a ser visto e considerado como mais próximo deste do que a desordem capitalista, que só produz dor e miséria para a maioria.

LIMITES DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Modificada, criticada e acrescida de valores humanistas e teológicos extraídos da utopia cristã, a crítica marxista do capitalismo se transformou na *ancilla theologiae* dos novos tempos latino-americanos. Nos primeiros anos, geraram-se obras de porte a desafiar as teologias do Primeiro Mundo — que só timidamente ousavam romper com o *status quo* e a criar novos parâmetros para a ação pastoral das igrejas —, e as igrejas latino-americanas foram levadas a uma atenção mais cuidadosa com os imensos setores empobrecidos de suas sociedades. Mais tarde, isso terminou por ensejar fórmulas simplificadas e insuficientes de análise da realidade concreta, por um lado, e a interpretações bíblico-teológicas, por outro. Estas, sem dúvida, plasmaram uma “nova forma de ser igreja”, mas não deram conta do amplo espectro da experiência religiosa característica do culturalmente diversificado conjunto dos povos latino-americanos.

Esse processo afetava de forma ineludível grandes setores do catolicismo, e, em menor grau, das igrejas do protestantismo histórico, trazendo a teologia para o debate público e gerando conflitos internos de

não pequenas proporções. Na outra ponta do quadro religioso latino-americano, talvez em razão mesmo desta efervescência, setores importantes das expressões religiosas protestantes populares (as várias vertentes do pentecostalismo), em função de seu imenso crescimento, passaram a ver na política o canal para sua ascensão ao poder como forma de se impor à sociedade e à secular presença do catolicismo como a religião semi-oficial do Continente.

Os acontecimentos que marcaram o final da década de 1980, tanto na sociedade como no interior das igrejas (especialmente no mundo católico-romano) — como o fim do socialismo real, a derrota sandinista na Nicarágua, as pressões vaticanas contra a teologia da Libertação, o favorecimento do movimento carismático por amplos setores da hierarquia católico-romana, a pentecostalização acelerada das igrejas protestantes tradicionais, etc. —, fizeram com que as pastorais das igrejas, derivadas de uma compreensão teológica construída apenas a partir de uma leitura sociopolítica da realidade, começassem a perceber suas insuficiências e limites para responder aos novos desafios impostos pelas transformações ocorridas em escala mundial em tão pouco tempo.

NECESSIDADE DE NOVOS MODELOS

Entramos na década de 1990 falando de crise de paradigmas e da necessidade de busca e construção de novos modelos, tanto para as igrejas como para as sociedades, capazes de oferecer alternativas que contemplem a defesa e a promoção da

dignidade humana conspurcada e vituperada na nova (des)ordem internacional imposta. Pouco a pouco, o rigor crítico da teologia se desloca do campo simplesmente político para a área maior da economia política. A vivência religiosa, que transcende a esfera das questões materiais da sobrevivência, começa a receber maior atenção com a redescoberta de outros temas de igual importância que foram postos à margem ou esquecidos nas sombras do imediatismo das lutas políticas.

Pouco a pouco se começa a perceber que a articulação da teologia, como hermenêutica da realidade, com as formas de construção do poder realmente a serviço dos empobrecidos e excluídos exige o reconhecimento das outras modalidades de organização sociopolítica que perpassam o espectro cultural gerado dentro de qualquer formação social. Se a política ultrapassa os partidos e tem seu centro gerador na rede de interesses construídos por um determinado grupo social, é de se notar que, entre os excluídos e, portanto, sem cidadania reconhecida, existem formas outras de organização e expressão de sua experiência de vida que, por diferentes caminhos, representam resistência, luta e afirmação de valores. Estes constroem sentidos e geram símbolos promotores da dignidade e da esperança de fruição da vida, ainda que imersos no “vale das sombras da morte” (Sl 23).

Zwinglio M. Dias é pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e assessor do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI. Na Jornada Ecumênica, será relator da Oficina “Teologia e Política”.

Igreja e Sociedade

POR ONDE ANDA A DIGNIDADE DE VIDA?

Jether Ramalho

Entre as inúmeras mudanças que rapidamente estão ocorrendo no mundo, pode-se constatar uma crescente, ainda que não suficiente, consciência de cidadania.

As lutas pelos direitos humanos; as reações individuais e coletivas contra toda sorte de discriminações; as ações organizadas pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores; a busca pela participação mais ampla possível nos diversos níveis de decisão; o envolvimento de significativos setores sociais, incluindo as igrejas, na construção de uma sociedade mais aberta e justa; são evidentes sinais do nosso tempo.

Quando se fala em cidadania associa-se imediatamente à questão da democracia. Hoje, a concepção de democracia supõe o exercício pleno de todos os cidadãos nos diversos setores da sociedade.

Se é verdade que os conceitos de cidadania e democracia são colocados preferencialmente no campo da ação política, há, entretanto, outra dimensão mais abrangente que os coloca como um meio, uma forma de construção da sociedade no seu sentido global.

O ideal democrático alcança, além da participação política, o direito de todos os cidadãos estarem integrados, sem exclusões e cerceamentos, à vida econômica, social e cultural do País. Essa concepção constitui relevante ampliação do significado de cidadania.



J.R. Ripper

A busca desse alvo vai exigir uma prática constante para a sua concretização, pois a instalação de um regime democrático não garante automaticamente o reconhecimento e o exercício pleno da cidadania. A democracia não é uma dádiva, uma gratuidade, mas uma conquista, uma constante construção, fruto de um trabalho político e cultural.

E ainda mais: exige o rompimento com uma cultura de submissão, de subterfúgios, de acomodação, que foi resultante de todo um processo histórico em que se infundiram na população as discriminações como situações naturais e a dominação como forma política consagrada.

O exercício pleno da cidadania, que, sem dúvida, tem a liberdade como componente fundamental na vida das pessoas, requer concomitantemente a idéia de luta coletiva, de ações solidárias, do espírito de fraternidade. Não há plenitude de cidadania somente com ações individuais. Isso vai implicar também modificações

nas relações sociais. Não se pode admitir em uma sociedade com exercício de cidadania plena concordância com a existência de alguns segmentos integrados e outros marginalizados, ou mesmo excluídos, do seu corpo social. Isso é uma contradição insuportável na concepção do próprio ideal democrático.

CIDADANIA E DIGNIDADE HUMANA

Com a instalação da idade moderna, desde os seus primórdios, começou a ganhar substância e maior densidade o conceito de dignidade humana, abrangendo até mesmo o campo da prática política.

Um conceito que se colocaria primordialmente no campo da ética e da teologia vai estendendo seu significado e passa a ser componente da concepção política. Entretanto, "a história das sociedades políticas no Ocidente mostra que a correlação entre democracia e dignidade humana permanece uma

norma à espera das condições que permitam seu efetivo cumprimento na prática política e uma proposição teórica à espera de convincente demonstração" (Henrique de Lima Vaz).

Reconhece-se que a incorporação de certos valores, como igualdade, participação, liberdade, etc., ampliou o conceito de democracia, tornando-o mais dinâmico, expandindo-se à medida que a cultura humana foi-se desenvolvendo e em que foram-se aprimorando as concepções a respeito da dignidade humana, conforme constata Plínio Arruda Sampaio em "Cidadania e Democracia" (Coleção Teologia Popular, ano VII, 1993, CESEP-Paulus, SP).

A realização prática desse entrelaço entre cidadania e dignidade humana ainda está longe de ser alcançada, já que situações muito concretas, especialmente nos países subdesenvolvidos, indicam que o grau de pobreza de grande parte da população é limitante para o exercício da cidadania e aviltante para uma condição de vida digna.

No que se refere à dignidade humana, algumas concepções distorcidas vão sendo incorporadas atualmente. Relaciona-se dignidade às possibilidades de satisfação de todos os desejos das pessoas, movimentada pela lógica do consumo e pela voracidade do mercado. A dignidade é medida pelo maior ou menor poder de consumir. As necessidades e os direitos básicos fundamentais são substituídos pelo incondicional apetite pelo desejo.

No outro extremo, estão aqueles que não correlacionam dignidade humana com as condições básicas materiais de existência. Abstraem-se desses

elementos, e a questão é colocada apenas na ordem dos valores morais. É evidente que há dignidade na vida do pobre, mas é possível aceitar-se como vida digna a existência dos milhões de miseráveis, famintos, sem casa e doentes, excluídos da democracia, da economia e da política?

A teologia está chamada a posicionar-se diante da substituição do critério das necessidades e direitos pela excitação do desejo de consumo, assim como pela romantização alienante de uma dignidade dissociada das condições materiais de vida. Ao mesmo tempo não pode, devido à urgência para responder às necessidades humanas elementares, relegar a um plano secundário o problema legítimo e a dinâmica dos desejos.

DEMOCRACIA E EXCLUSÃO SOCIAL

Não se pode negar que vivemos, na maioria dos países da América Latina, crescentes oportunidades de exercício da democracia política. Alguns requisitos característicos da cidadania, como direito de voto, liberdade de expressão, possibilidade de associação, garantia de direitos individuais, etc, estão-se realizando nos últimos anos de forma razoável em diversas sociedades latino-americanas.

Ao mesmo tempo que a democracia política cresce, por exemplo no Brasil, a crise econômica ganha proporções assustadoras. O número de pessoas famintas, o aumento da mortalidade infantil, o desemprego, o aviltamento do salário, a falta de moradia, enfim todos os direitos básicos da cidadania vão sendo delapida-

dos. O esgarçamento do tecido social é de tal extensão e profundidade que vai propiciando a criação de uma cultura de violência, corrupção e impunidade.

Constitui uma contradição extremamente perigosa: a democracia política se aperfeiçoa e se exercita, ao mesmo tempo que as desigualdades sociais e econômicas alcançam estágios assustadores. Até quando se pode continuar com essa disjuntiva? Como governar com esse quadro?

No momento em que sonhos e utopias foram desfeitos, que paradigmas tornaram-se obsoletos e que novos horizontes estão difíceis de serem desvelados, onde podem alicerçar-se as esperanças do povo pobre e trabalhador?

A lógica do mercado livre, da iniciativa privada como chave para solução da crise, o consumo como aspiração soberana vão fazendo com que os ideais básicos da cidadania — igualdade, solidariedade, dignidade humana — passem para plano secundário.

A solução para essa crise e a construção dos caminhos para superá-la não sairão de algumas cabeças iluminadas, de iniciativas individuais ou dos setores privilegiados da sociedade. Exige esforço conjunto, ecumênico, democrático, com participação plena da sociedade civil como um todo e principalmente dos setores sociais mais atingidos pela atual situação, que na realidade são as principais vítimas desse sistema, já que o seu maior dom que é a vida está sendo ultrajado e vilipendiado.

Jether Ramalho é editor da revista Tempo e Presença do CEDI. Na Jornada Ecumênica, coordenará a Oficina "Cidadania e Dignidade".

Diálogo Pluricultural

REPENSANDO OS LIMITES DA PRÁTICA TEOLÓGICA FEMININA

Ivoni Richter Reimer

“Mulher e Teologia”. Entre uma contração e outra... Entre lágrimas de dor e ansiedade... Entre a esperança pelo novo do amanhã e o exercício da paciência resistente no hoje... É assim que me encontro nestas últimas semanas: acamada, repouso absoluto, ameaça de parto prematuro.

Nestas condições fui incumbida de escrever alguns “parágrafos provocativos” para a oficina “Mulher e Teologia” da 1ª Jornada Ecumênica. Não sei se me encontro na situação ideal para “provocar”. Posso, contudo, compartilhar alguns fragmentos de reflexões possíveis nesta situação. Com isso, estou quase que literalmente parindo um texto prematuro, o que, aliás, vem refletir exatamente a situação de milhares de mulheres que não têm tempo ou condições de registrar polidamente suas reflexões, legando-as à provisoriedade histórica do momento. Isso, porém, não significa que estas reflexões não estejam imbuídas da profundidade requerida pelo momento.

PARCEIRAS DE DEUS

Apesar dos pesares, este tempo “de molho” está sendo bastante propício também para reflexões fragmentadas e contraídas sobre as mil e uma facetas da vida. Entre elas está a questão da (re)produção da vida humana, experiência simultanea-

mente maravilhosa e sofrida. Sem dúvida, somos parceiras de Deus no processo histórico da criação. Esta parceria geradora não pode ser concebida em momento nenhum como castigo ou meio para alcançar a salvação, como querem certas teologias patriarcais. Mas somente percebemos isso quando teologizamos nossas experiências de procriação. É então que também conseguimos organizar críticas à teologia secularmente elaborada e articulada por homens e ligada a interesses patriarcais em diversos níveis hierárquicos (ver, por exemplo, Gn 3.16; 1 Tm 2.15).

A maternidade nos coloca muito próximas de Deus, do lado materno de Deus. Mas é preciso ter cuidado para não idealizar ou sublimar a maternidade como sendo “o” grande e praticamente “o” único verdadeiro dom que dignifica a mulher; isto apenas viria em detrimento de tantas outras mulheres que não podem ou não querem ter crianças, e estaríamos com isso, alimentando inconscientemente a tão difundida teologia da maldição (infertilidade) e da bênção (fertilidade). Ao invés disso, deveríamos cada vez mais refletir também muito sobre a paternidade responsável e relacional, já a partir dos primeiros tempos de gestação — isso até e especialmente quando refletimos sobre gravidez interrompida pelo aborto.

Não é possível continuar tratando tais assuntos como se fossem somente “coisa de mulher”. Do mesmo modo vale questionar companheiros nossos que, querendo usar uma linguagem “feminina”, de boca cheia proclamam o tempo de “gerar” e “parir” a nova sociedade, esquecendo ou não percebendo que tanto o gerar quanto o parir são experiências limítrofes na vida de milhares de mulheres. Por isso, essas experiências não podem simplesmente ser parafraseadas idealística e ingenuamente como se o processo de gestação da nova vida não fosse transformando já e muitas vezes sofridamente a nossa própria vida.

Nossas múltiplas experiências vão marcando a cara, o jeito, o conteúdo também da nossa teologia. E nisso a nossa situação e perspectiva são relevantes. Faz diferença de vida (de morte se eu sofro uma ameaça de parto prematuro tendo uma certa infra-estrutura para realizar tratamento e fica de repouso. Mas faz diferença também se, na percepção e reflexão, tenho sensibilidade de disposição de inserir a realidade de tantas outras mulheres que não têm essa infra-estrutura, e que por isso, por questões econômicas, estão mais expostas do que eu ao poder da morte.

A realidade socioeconômica abre abismos entre nós, m

talvez a nossa teologia e espiritualidade seja capaz de transpor essas barreiras. Já existem sinais disso, mas ainda está por vir o tempo em que os frutos desta teologia sejam saboreados na qualidade da vida cotidiana.

OCUPAMOS NOSSOS ESPAÇOS. E DAÍ?

Sim, nós fomos chegando. Continuamos a chegar. Se portas nos são fechadas, vamos descobrindo e escancarando janelas para entrar, tomar nosso lugar, ocupar nosso espaço. Espaço de fala, de participação, de responsabilidade, de denúncia e de anúncio, de choro, de festa, de celebração...

Ocupamos nossos espaços nos mais diferentes níveis: grupos denominacionais e inter-religiosos, ONGs, pastorais e pastorados, faculdades de Teologia, lideranças em instituições, etc. Mas, o que fazemos de fato nesses e com esses espaços? Como nos tratamos nesses? Como continuam nos tratando? Se conquistamos uma cadeira de Teologia Feminista numa faculdade de Teologia, todos os assuntos relacionados à mulher são lançados naquele espaço?

Sem dúvida, em nossa caminhada histórica tivemos a necessidade de criar espaços nos quais pudéssemos “estar a nós”, porque precisávamos nos ocupar com a nossa própria história e firmar nossas próprias posições. Mas sempre, de novo, é preciso perguntar pelo nite da legitimidade de ficarmos sós. E mais: Até que ponto é bom continuar separando “Mulher e Teologia” (cadê “Homem e Teologia?”), “Bíblia”, “Teologia e Política”, etc? Primeiro esfacular e depois juntar,

como se mulheres não estivessem simultaneamente envolvidas, contribuindo — e muito! — em todos esses setores? Não será hora de repensar essas divisões? Não é o momento de estarmos representadas em todas as áreas (veja lista de autores e assessores)?

TEMPOS DE CRISES E DE ESPERANÇA

Vivemos tempos de crises profundas, questionamentos, revisões, mas também de esperanças e renovações. É saudável que isso também ocorra na Teologia Feminista. Para mim, como biblista e teóloga, uma das grandes preocupações continua sendo o relacionamento multitransformador entre leitura e realidade. Não me é difícil, por exemplo, desmascarar interesses machistas e dominantes em textos e teologias bíblicos, analisando-os histórica e socialmente e atentando para suas influências seculares. Muito mais difícil é ver essa perspectiva e análise, cientificamente séria, tornando-se eficaz na vida e na práxis comunitárias. Pois é ali, na comunidade, que nos deparamos com os(as) multiplicadores(as) maiormente inconscientes da teologia dominante, secularmente elaborada nas faculdades e tornada frutífera mediante a atuação de pastores, padres, etc. Muitas vezes não é interesse de grupos comunitários fazer uma releitura crítica de suas tradições, também as bíblico-teológicas, porque isso é um processo dolorido, desestruturante.

O mesmo vale para mulheres. Uma teologia feminista crítica, holística resgata os lados belos da vida de mulheres, as histórias que permitem colo-

cá-las como protagonistas num processo de transformação. E fazemos isso com paixão. Por outro lado, ela também trabalha histórias de horror praticadas contra mulheres e analisa situações nas quais elas não aparecem apenas como vítimas, mas também como participantes no emaranhado da omissão e da convivência. É aí, quando nossa história se complica, nossa teologia pode tornar-se muito mais profunda e rica. Precisaremos aprender novos jeitos de releituras, o reverso da história terá uma nova faceta e descobriremos que nossas tarefas acabaram de começar.

Sim, temos nossas diferentes trajetórias, porque nossas histórias são diversas. Por isso, fortes e frágeis somos nós e nossa teologia. Para podermos subsistir, carecemos sempre de novo da graça de Deus e do apoio e da amizade de outras pessoas.

Vejo a oficina “Mulher e Teologia” como boa oportunidade de juntas, mulheres de todos os níveis teológicos, compartilhamos nossas experiências, clarearmos nossos desafios, revermos prioridades, recebermos impulsos, renovarmos nosso apoio e esperança...

Você e eu somos muito importantes nesta caminhada. E será ótimo nos encontrarmos. E “se Deus quiser e nós vivermos”, também vocês poderão ver, então face a face, esta criaturinha que já agora me colocou de nocaute, deixando para vocês apenas estes fragmentos contraídos de reflexões inacabadas... mas repletas de vida!

Ivoni Richter Reimer é biblista, teóloga e pastora luterana. Na Jornada Ecumênica, coordenará a Oficina “Mulher e Teologia”.

Diálogo Pluricultural

“QUE TEOLOGIA NEGRA PODEMOS PRODUZIR?”

Joaquim Beato

“Teologia Negra” é uma expressão que traduz o nome dado a uma corrente do pensamento cristão, predominantemente protestante, surgida no fim da década de 1960 nos Estados Unidos entre teólogos afro-americanos.

Tinha-se acabado o sonho de alguns líderes negros e brancos que acalentavam o ideal liberal de “uma igreja não-segregada, numa sociedade não-segregada”, cuja realização era a proposta do movimento dos direitos civis. Ocupou seu lugar uma nova valoração da experiência afro-americana, que deu origem a um renascimento cultural e a uma nova proposta de luta contra a opressão e a supremacia racial dos brancos, enfim, o radicalismo político do Poder Negro.

A Teologia Negra é a vertente teológica desse novo momento da história do povo afro-americano. Seu papel é o de oferecer a fundamentação teórica e a legitimação da ação política. James Cone fala do “desenvolvimento consciente de uma teologia negra (...) que fazia distinção entre a cristandade branca e o Evangelho e identificava este com as lutas dos negros pobres pela justiça”.

PRESERVAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE AFRO-AMERICANA

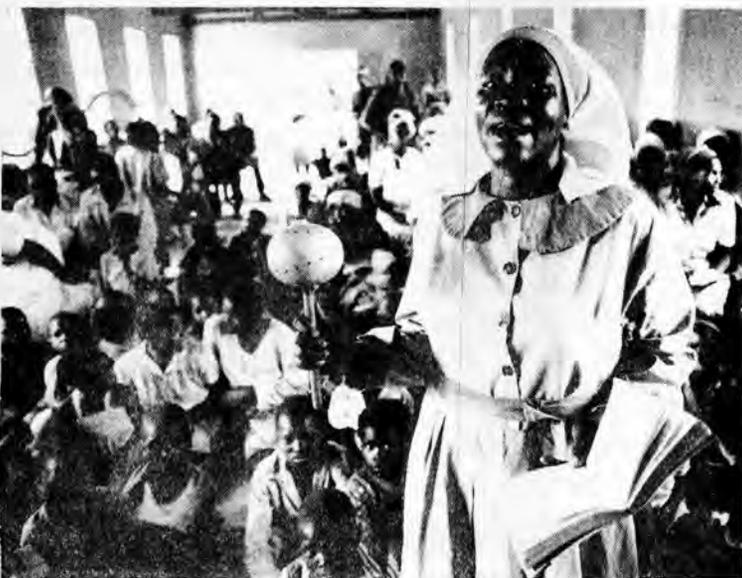
Nos Estados Unidos há denominações “africanas” de várias tradições: batistas, metodistas, presbiterianas, episcopais, pentecostais e outras. São de-

nominações em que os afro-americanos predominam numericamente e de que detêm o controle. Além disso, nas grandes denominações predominantemente brancas e sob controle dos euro-americanos, há numerosas congregações locais de negros e que mantêm ativo intercâmbio com as denominações negras. Esses dois grupos somam cerca de dezoito milhões de membros e formam o que se conhece, correntemente, como a Igreja Negra.

Tal igreja é, portanto, a matriz dessa produção teológica. A Teologia Negra nasce dentro de suas faculdades de teologia, de organizações de clérigos e teólogos e até de seus quadros dirigentes institucionais, nos quais figuram representantes desse pensamento.

Essa igreja exerce um papel vital na preservação, renovação e difusão dos mais legítimos valores da espiritualidade afro-americana, pela busca de normas e características específicas das religiões africanas e afro-americanas e pela recusa em aceitar como normativas a teologia e as estruturas eclesiais euro-americanas.

Por isso, pode nascer de dentro dela a Teologia Negra, que é, fundamentalmente, uma releitura da religião e da teologia cristãs da perspectiva do negro norte-americano pobre e oprimido, voltada, em última instância, para a demanda de



Peter Williams / CMI

um instrumental teórico da parte da militância do Poder Negro. É, ao mesmo tempo, uma teologia sistemática da religião dos cristãos afro-americanos.

FORTE RELAÇÃO FÉ E POLÍTICA

Trata-se de uma igreja cuja história vem desde o período de escravidão na América do Norte. Naquele tempo, "a lei e a ordem" dos senhores obrigaram os escravos a criarem uma igreja subterrânea. Seus cultos se realizavam clandestinamente, em cabanas isoladas ou no recôndito dos bosques. Era, nesse início, liderada por pregadores analfabetos, escravos ou recém-libertos. Todavia, mesmo colocada na ilegalidade, essa igreja negou-se a separar evangelização e política, e conseguiu converter milhares de negros, criou sociedades de seguro social e de serviços fúnebres, fundou escolas e faculdades, e enviou missionários aos quatro cantos da Terra.

Ao mesmo tempo que executava esse amplo programa religioso e de ação social, lutava pela abolição da escravatura, apoiava atividades ilegais a favor dos escravos fugidos, promovia a educação política da comunidade, desenvolvia ações pelos direitos civis dos negros, enfim, era a base de sustentação da vida social, econômica, política e cultural de toda a comunidade negra.

No período compreendido entre a abolição e a Primeira Guerra Mundial, novas formas de opressão produziram um eclipse na igreja, um encolhimento tímido, com a consequente recusa dos assuntos econômicos e políticos por parte dos pregadores. Mas na

década seguinte ao fim da Segunda Guerra (a de 1950), surgiu o movimento dos direitos civis, liderado por Martin Luther King Jr., e, na década de 1960, Stokely Carmichael, com a proposta de luta pelos direitos dos negros, incluindo a possibilidade do recurso à violência, se necessário.

Esse novo movimento, que se opunha à insistência na não-violência do movimento anterior e afirmava que os negros não deveriam continuar contando com a ajuda dos brancos para conseguir sua autodeterminação como comunidade, recebeu o nome de Poder Negro. A Teologia Negra surgiu como o "braço" teológico do movimento.

QUAL É A TEOLOGIA NEGRA BRASILEIRA?

Esta incursão, evidentemente incompleta e superficial, através da história da Teologia Negra norte-americana e da Igreja Negra, sua matriz institucional, realizada com a ajuda de fontes secundárias, tem um objetivo prático. Como evangélicos brasileiros (e me arrisco a dizer o mesmo dos teólogos católico-romanos brasileiros) de origem africana, nunca vivemos a experiência de pertencer a uma igreja negra. Estamos dispersos por numerosas denominações eclesiais, numa proporção que raramente ultrapassa 10% nas chamadas igrejas de missão. Essa proporção é, certamente, bem menor nas igrejas de imigração, embora seja superior nas pentecostais. Mas todas são predominantemente brancas, no que diz respeito ao controle do poder.

Em nenhum caso temos vivido a experiência de uma religião cristã negra, de uma cultu-

ra negra ou de uma história negra. No que diz respeito a uma cultura negra, os únicos africanismos que sobreviveram aos quinhentos anos de racismo e opressão foram os que se tornaram universais em nossa sociedade e deixaram, assim, de ser características exclusivas do povo negro.

Quanto à história do negro neste país, o que se contam a todos são aqueles episódios da história oficial em que ele aparece como coadjuvante numa história que não é sua. Sua verdadeira história constitui um domínio ainda reservado e quase exclusivo de especialistas, fechado em obras de respeitável erudição ou nas mãos de quem não tem interesse em divulgá-la. Raro seria o teólogo que, entre nós, poderia dizer como James Cone: "A Teologia Negra concentra-se na história negra como uma fonte para sua interpretação teológica da obra de Deus no mundo, porque a atividade divina é inseparável da história do povo negro".

Nessas circunstâncias, temos que perguntar: Que tipo de Teologia Negra podem produzir os teólogos afro-brasileiros? Como insiste G. S. Kilmore: "A Teologia Negra não é uma reação ingênua, anti-intelectual ao que quer que esteja acontecendo num dado momento — ou seja, um misto de emoção e propaganda. É, antes de tudo, uma obstinada, prática e apaixonada leitura dos sinais dos tempos na comunidade branca assim como na negra".

Joaquim Beato é teólogo e pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil. Na 1ª Jornada Ecumênica será o coordenador da oficina "Teologia Negra".

Diálogo Pluricultural

PLURALISMO RELIGIOSO: UM DESAFIO AO ECUMENISMO

José Bittencourt Filho

Indiscutivelmente, o mais importante fenômeno do campo religioso brasileiro é a eclosão dos chamados Novos Movimentos Religiosos (NMRs). Sob este título subordinamos desde as agremiações eclesásticas do Pentecostalismo Autônomo até as diferentes formas de ocultismo e orientalismo que se multiplicam em meio a todas as camadas sociais pelos quatro cantos do País.

O pluralismo religioso crescente, por si só, já é uma temática relevante para a Teologia Pastoral e para as Ciências da Religião. Contudo, um balanço avaliativo do ecumenismo brasileiro, conforme se propõe a Jornada, não pode prescindir de uma reflexão criteriosa sobre o assunto.

A FORÇA DOS NOVOS MOVIMENTOS RELIGIOSOS

No âmbito evangélico interessam particularmente as questões em torno do Pentecostalismo Autônomo, considerando-se, além do crescimento numérico e patrimonial que vem adquirindo, o uso que faz do seu peso social em termos de participação na política institucional. Basta lembrar o desempenho da chamada "bancada evangélica", durante o governo Sarney, e a atuação na eleição de Collor de Mello.

Em face da crise das igrejas históricas, que inclui a perda da hegemonia religiosa por

parte da Igreja Romana, o crescimento do neopentecostalismo sugere questionamentos da maior relevância, que vão desde a expectativa espiritual das massas que essa proposta pentecostal contempla até as consequências da "rotinização do carisma" no interior daquelas igrejas tradicionais. A par disso, todos os problemas resultantes na esfera popular do proselitismo agressivo e do milenarismo selvagem que os novos pentecostalismos promovem.

Entrementes, é preciso considerar que tais expressões religiosas comportam um elemento de resistência cultural, de terapia coletiva e de reapropriação simbólica por parte de amplos segmentos das camadas populares e das camadas médias empobrecidas da sociedade.

Para o movimento ecumênico, cuja matriz são as igrejas protestantes históricas, tanto os aspectos ligados ao gigantismo quanto ao exclusivismo dessas novas propostas religiosas com recorte evangélico são desafios a enfrentar. Acresce estabelecer, caso exista, o nexo entre elas e o Protestantismo, como proposta religiosa alinhada à modernidade.

É preciso lembrar ainda a força e a influência dos movimentos carismáticos no interior das igrejas históricas, até mesmo do catolicismo, assim como a infinidade de seitas e

associações religiosas deles derivadas que configuram a formação de um novo denominacionalismo brasileiro. Ao lado disso, o surgimento de um novo ente no campo religioso — o protestantismo sincrético.

A propósito, o reconhecimento da existência de uma matriz religiosa brasileira, de cuja aproximação ou distanciamento dependem o êxito ou fracasso dos NMRs com inspiração cristã. Entrementes, a constatação de que a religiosidade popular afrocatólica com profundas raízes no inconsciente coletivo, ao mesmo tempo que é reforçada, constitui-se no principal adversário na "guerra santa" que os NMRs decidiram incrementar.

A disseminação, pela mídia, tanto da religiosidade mediúnica como de diferentes modalidades de ocultismo, é outro fator constitutivo da atual eferescência do campo religioso nacional. Com efeito, prevalece um intercurso complexo de símbolos e um amálgama entre formas institucionalizadas e formas mais espontâneas de práticas religiosas alternativas.

No tocante aos NMRs, podem-se detectar algumas constantes, entre as quais se destacam: 1) na vertente cristã, uma profunda rejeição pelas tradições confessionais históricas e pelo racionalismo teológico; 2) na vertente não-cristã, uma rejeição do Cristianismo, iden-



ificado ali com todos os (anti) valores da cultura ocidental.

DESAFIOS PARA O MOVIMENTO ECUMÊNICO

Por conseguinte, de ambas as vertentes dos NMRs promanam desafios para o movimento ecumênico, que bebe das fontes teológicas cristãs históricas e se identifica com a racionalidade nelas implícita. Trata-se, mais que nada, de um debate de visões religiosas de mundo, resultante do processo de descristianização da cultura, entre outras causas.

A eclosão dos NMRs cristãos tangencia o problema da suficiência das eclesiologias clássicas; aliás, não há como se discutir ecumenismo sem uma razoável dose de suspeita quanto às eclesiologias oficiais. Outrossim, o pluralismo e se configura por força da descristianização impõe questionamentos missiológicos radicais; e ainda aponta para a pertinência e a oportunidade

dos diálogos inter-religioso e interconfessional.

O movimento ecumênico internacional, prestes a completar cinquenta anos, já ultrapassou a fase na qual a prioridade maior era a unidade visível dos cristãos. Hoje, mediante as transformações estruturais em nível planetário, às portas do terceiro milênio, tornou-se imperativo o diálogo intercultural. Às problemáticas setoriais, tais como o sexismo e o racismo, que adquiriram importância sem precedentes, acrescenta-se a da restauração dos fundamentalismos. Tudo isso implica até mesmo a reformulação da própria noção de cultura, quer seja numa perspectiva cristã ou não.

Nesse espírito, além dos NMRs, considerou-se oportuno um enfoque que cuide do estado da questão no que diz respeito à produção teológica a partir da condição feminina e da negritude. A primeira já logrou avanços consideráveis; a segunda, a despeito de muitos

esforços, ainda se encontra em fase incipiente.

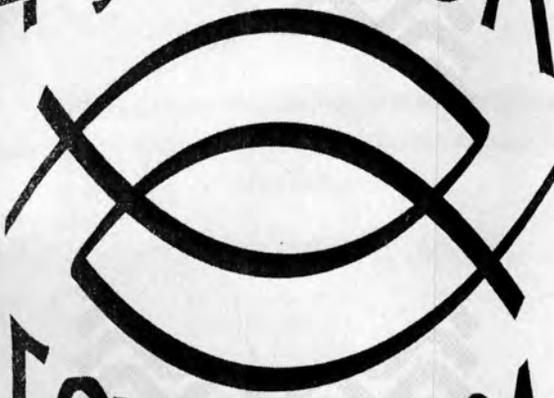
Cabe ao movimento ecumênico estabelecer procedimentos comuns que facilitem saltos qualitativos em ambos os casos, assim como situar devidamente o espaço, na práxis ecumênica, das assim chamadas "minorias", ou ainda, dos chamados sujeitos emergentes.

O objetivo último das oficinas-debates será produzir subsídios, não apenas para detectar equívocos e limites do movimento ecumênico nacional no que tange a essas demandas setoriais da mais alta relevância no atual momento histórico, como também apontar caminhos para o futuro, de modo a desbastar o que ainda resta, no plano eclesial, de preconceito e desinformação quanto a essas realidades.

José Bittencourt Filho, pastor presbiteriano (IPU), é mestre em Ciências da Religião e coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral (CEDI). Na Jornada Ecumênica, coordenará a Oficina "Novos Movimentos Religiosos".

INSCREVA-SE JÁ!

UNIDADE CRISTÃ



ECUMÊNICA

11 a 16
de outubro
de 1994
Mendes/RJ

Unidade Cristã

Bíblia, Liturgia e Simbólica,
Espiritualidade e Formação

Igreja e Sociedade

Teologia e Economia, Teologia
e Política, Cidadania e Dignidade

Diálogo Pluricultural

Mulher e Teologia, Teologia Negra,
Novos Movimentos Religiosos

Inscrições

CEDI - Programa de Assessoria
à Pastoral / Koinonia

Rua Santo Amaro, 129

22211-230 Glória Rio de Janeiro RJ

Tel. (021)224-6713 Fax. (021) 221-3016

Realização

CEDI - Programa de Assessoria à Pastoral / Koinonia

Promoção



CEDI / Programa de Assessoria à Pastoral / Koinonia

Rua Santo Amaro, 129 Glória CEP 22211-230 Rio de Janeiro RJ

Tel. (021) 224-6713 Fax (021) 221-3016